

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: Estrangeiros se animam com cenário brasileiro](#) 9

Valor Econômico

[Título: Ministro quer fazer megaleilão de petróleo em junho](#) 11

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Aneel suspende cobrança de R\$ 2,9 bilhões da Eletrobras 2

Título: Mais luz e menos gasto 4

Título: Em Davos, Temer diz que Brasil está aberto a investimentos 5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 6

Título: Empresa de investimentos questiona a venda de ativos da Abengoa 6

Título: De volta a Davos, Petrobrás destaca substituição da dívida 7

Título: Notas 8

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 9

Título: Estrangeiros se animam com cenário brasileiro 9

Título: Liminar suspende cobrança de R\$ 2,9 bi da Eletrobras pela Aneel 10

Título: Petrobras posterga nova política de preço do asfalto de janeiro para maio 10

VEÍCULO: Valor Econômico 11

Título: Ministro quer fazer megaleilão de petróleo em junho 11

Título: Disputa entre Petrobras e União trava venda de excedente 13

Título: Índice de confiança do setor de óleo e gás cresce 14

Título: Arrecadação com royalties deve aumentar 20% no ano 16

Título: Redução de IPI para carro elétrico e híbrido pode sair este mês, diz Mdic.....	17
Título: Iberdrola planeja investir até R\$ 4 bi no Brasil neste ano	18
Título: Importação de etanol continua elevada mesmo com taxaço.....	21
Título: Contexto.....	22

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Martha Beck e Karla Gamba

Título: Aneel suspende cobrança de R\$ 2,9 bilhões da Eletrobras

Agência apontava repasse indevido a distribuidora. Estatal recorreu à Justiça.

-Brasília e Davos (Suíça)- Em meio às dificuldades para avançar no processo de privatização, a Eletrobras obteve uma vitória, ontem, ao conseguir que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) suspendesse uma cobrança de R\$ 2,9 bilhões devidos a um fundo do setor elétrico. A decisão atendeu a um recurso da estatal.

Ao fixar o valor, em agosto do ano passado, a Aneel alegou que esse dinheiro foi repassado indevidamente à Amazonas Energia, distribuidora do grupo no estado, e cobrava o ressarcimento desse montante. A Eletrobras recorreu à Justiça e conseguiu uma decisão liminar do Tribunal Regional Federal da 1a. Região que impediu a agência de prosseguir com a análise de um processo administrativo sobre o assunto.

MAIA ESPERA VOTAÇÃO ATÉ ABRIL

O governo precisa resolver as pendências da Amazonas Energia e de outras distribuidoras da Eletrobras com fundos setoriais para destravar a privatização dessas empresas (que operam no Norte e Nordeste). Endividadas e com problemas operacionais, a venda das concessionárias é considerada fundamental para o sucesso na privatização da holding, prevista para este ano.

A cobrança surgiu após investigação feita nos repasses do fundo Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) à Amazonas Energia entre 2009 e 2016. O dinheiro que teria sido desembolsado além do necessário foi pago por todos os consumidores do país por meio da conta de luz.

Os recursos da CCC são usados para subsidiar a geração de energia em regiões isoladas do país. A Aneel alega que a Amazonas Energia pagava por um consumo de combustível maior que o necessário para gerar energia. A Eletrobras, por sua vez, já chegou a dizer que tem recursos a receber de fundos setoriais, no lugar de dívidas. Procurada, a estatal não comentou.

O governo evitou, ontem, comentar as críticas do relator do projeto de lei com as regras para a privatização da Eletrobras na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Em entrevista ao GLOBO na terça-feira, o parlamentar classificou a proposta como "inaceitável" e disse que o texto, da forma como foi proposto, não passará no Congresso. Nos bastidores, interlocutores da equipe econômica tentaram minimizar as declarações e afirmaram que a opinião dele "vai convergir" com a proposta original.

Para integrantes do governo, mais importante que a fala de Aleluia foram as declarações do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que afirmou que o projeto será aprovado na Casa até abril: — Temos toda condição de, até abril, autorizar a privatização e a venda das ações da Eletrobras. Vamos aprovar a privatização e, dentro dela organizar, um espaço para cuidar da revitalização do Rio São Francisco, que é uma preocupação grande dos deputados do Nordeste.

VITRINE PARA O NORDESTE

O prazo dado por Maia coincide com o calendário do governo, que ainda trabalha com um cenário de que a proposta seja aprovada até maio tanto na Câmara como no Senado. A equipe econômica acredita que o adiamento da votação da Reforma da Previdência para 2018 pode ajudar na aprovação, pois o governo precisa criar uma agenda positiva da qual a Eletrobras faz parte.

Para a área econômica, as críticas de Aleluia fazem parte de interesses políticos. Primeiro porque a Eletrobras é uma vitrine para o Nordeste, especialmente num ano eleitoral. Isso ficou mais forte porque, na eleição na Bahia, estado do relator, o quadro para as eleições é incerto para ACM Neto, que é do DEM e quer ser governador.

O que desagradou mais diretamente foi a crítica de Aleluia sobre o trecho do projeto que prevê a destinação de uma parte dos recursos da privatização para a revitalização do Rio São Francisco.

Em Davos, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o projeto de lei da privatização da Eletrobras é "um bom projeto" e que ele permitirá que a empresa seja dirigida de forma independente e alinhada às práticas de mercado. (Com informações do "Valor Econômico")

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Fernando Meira****Título: Mais luz e menos gasto**

Nova tecnologia poderá chegar à redução de no mínimo 50% do consumo.

A mudança do sistema de cobrança de iluminação pública da cidade trouxe de imediato um alívio no bolso de praticamente todos os consumidores: 81,87% dos moradores e dos micros, pequenas e médias empresas, que têm relógio medidor instalado nos imóveis, deixarão de pagar, pagarão menos ou não terão aumento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, embutida na conta de luz. Trata-se de um universo de quase dois milhões de contribuintes a serem beneficiados. Isso já se tornou possível com a aprovação, pela Câmara de Vereadores, em dezembro de 2017, do Projeto de Lei 543/2017 enviado pelo Executivo municipal. A medida corrige uma injustiça histórica: quem consumia menos energia em casa pagava proporcionalmente mais pela iluminação nas ruas.

Este foi o primeiro passo de uma grande modernização do sistema de iluminação pública do Rio que a prefeitura está elaborando. Por meio de uma parceria público-privada (PPP), que depende de autorização da Câmara para ser lançada, haverá ainda mais benefícios para os contribuintes e para a cidade. O objetivo é instalar luminárias com tecnologia mais avançada em 435 mil pontos de luz do município, aumentando a luminosidade nas ruas, parques e bairros. O uso da nova tecnologia poderá chegar a uma redução de, no mínimo, 50% do consumo de energia. Os recursos poupados serão aplicados dentro de uma estratégia de cidade inteligente, com a aquisição de mais câmeras de monitoramento e hot spots de Wi-Fi em áreas públicas, entre outras iniciativas.

Atualmente, 70% das lâmpadas em vias públicas são de vapor de sódio ou de mercúrio, que consomem mais energia, perdem a capacidade de iluminação ao longo dos anos e são mais agressivas ao meio ambiente do que as de LED. Estas têm maior durabilidade e mantêm o nível de iluminação por mais tempo, o que, entre outros benefícios, aumenta a sensação de segurança. Além disso, o uso de lâmpadas LED diminuirá as emissões de gases causadores do efeito estufa.

O projeto prevê ainda a criação de uma iluminação especial em todas as regiões, monumentos e prédios históricos, o que valorizará as belezas do Rio. O novo sistema a ser implantado permitirá também maior integração em rede com outros elementos de infraestrutura urbana, criando possibilidades de exploração de equipamentos adicionais, como as já citadas câmeras de segurança e antenas de distribuição de Wi-Fi.

A modernização do sistema de energia permitirá administrar à distância as luminárias (acionando, diminuindo ou aumentando sua potência, por exemplo), o que será feito por um Centro de Controle Operacional, a ser custeado pelo vencedor da licitação.

A PPP está sendo estruturada pela Subsecretaria de Projetos Estratégicos da Prefeitura, com assessoria do Grupo Banco Mundial, por meio da Internacional Finance Corporation, que em maio deste ano assinou um contrato com o município do Rio. Nestes sete meses, sob a supervisão e coordenação da subsecretaria, estão sendo definidos parâmetros técnicos e jurídicos do modelo a ser adotado. O vencedor da licitação será o responsável pelos investimentos para modernizar o parque de iluminação em até quatro anos.

Será luz com mais qualidade e menos consumo. E o melhor: com a conta mais barata.

Fernando Meira é subsecretário respondendo pela Subsecretaria de Projetos Estratégicos da prefeitura

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck - Enviada especial

Título: Em Davos, Temer diz que Brasil está aberto a investimentos

Presidente destaca medidas para equilibrar contas públicas

-Davos (Suíça)- O presidente Michel Temer começou sua participação no Fórum Econômico Mundial de Davos com um discurso no qual afirmou que "o Brasil está de volta" ao cenário internacional como um país mais aberto e com mais oportunidades de investimento. Para uma plateia formada por investidores, banqueiros e empresários, ele defendeu a agenda de reformas, ressaltando seu empenho na aprovação das mudanças na Previdência. O discurso, porém, teve uma recepção morna e acabou com poucos aplausos. (...)

Meirelles ainda confirmou ser possível que o déficit primário em 2017 tenha ficado abaixo de R\$ 130 bilhões, conforme antecipado pela colunista do GLOBO Míriam Leitão. Se isso se confirmar — a divulgação oficial será no próximo dia 30 —, será "um resultado extraordinário" afirmou o ministro. A meta era de R\$ 159 bilhões.

Temer concluiu pedindo: "Invistam no Brasil. Não se arrependerão."

Temer encerrou sua participação no Fórum com mais um encontro com banqueiros e empresários. Depois veio uma série de reuniões bilaterais, com diretores executivos de empresas como Shell, Cargill e Enel, e com líderes como o primeiro-ministro do Líbano, Saad Hariri, e o presidente de Angola, João Lourenço. Segundo a mídia angolana, Temer acertou com Lourenço a reabertura das linhas de financiamento do BNDES para obras em Angola, que haviam sido suspensas por suspeitas de corrupção. À noite, Temer jantou com representantes do setor privado e de lá partiu para Zurique.

No início do jantar, o presidente praticamente repetiu seu discurso da manhã. E destacou o bom desempenho do mercado financeiro, com a Bolsa rompendo recordes sucessivos: ontem, entrou no patamar dos 83 mil pontos. Ao comentar o resultado, Temer acrescentou que seu discurso "teve boa repercussão". (Com informações do "Valor Econômico")

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini e Reneé Pereira

Título: Empresa de investimentos questiona a venda de ativos da Abengoa

Verti Capital foi superada pelo fundo americano Texas Pacific Group na compra de linhas de transmissão.

A venda das linhas de transmissão da Abengoa para o fundo americano Texas Pacific Group (TPG) está sendo questionada pela Verti Capital, empresa de investimentos nacional que tentou levar o ativo, mas foi superada pelos estrangeiros. A Verti diz que está disposta a oferecer mais dinheiro pelas linhas e quer a realização de novo leilão.

A companhia enviou notificação ao administrador judicial da Abengoa contestando a operação e pretende ingressar com recursos na Justiça.

Em disputa está o direito de comprar as sete linhas de transmissão da Abengoa, que entrou em recuperação judicial em 2016 após sua controladora espanhola fazer o mesmo pedido na Justiça europeia. A venda de ativos faz parte do plano de reestruturação e tem como objetivo levantar recursos para pagar credores da empresa.

Em dezembro, a Verti fez lance de R\$ 477 milhões pelas linhas, superando a oferta inicial de R\$ 400 milhões do TPG. Porém, os americanos já haviam acertado previamente o direito de cobrir proposta superior, caso ela surgisse, e ofereceram em seguida R\$ 482 milhões, levando o ativo.

A empresa brasileira questiona o acordo e argumenta que não teve tempo para fazer nova proposta, como era a intenção. “São dois pesos e duas medidas. Não houve paridade na hora de tratar os concorrentes. Foi feito uma audiência e não um leilão”, diz Arthur Migliari, advogado que representa a Verti.

A Verti já havia enviado comunicação ao administrador judicial e ao Grupo Abengoa indicando desconforto com a postura do TPG no processo. No documento, acusava o rival de tentar desqualificar a proposta para arrematar as linhas por valor inferior ao oferecido. E reiterava interesse no negócio.

O TPG, que fechou o escritório no Brasil em 2016, criou um fundo de infraestrutura para atuar em países emergentes, como o Brasil. Procurado, o TPG preferiu não se manifestar. Os advogados da Abengoa também não quiseram comentar o assunto.

“São dois pesos e duas medidas. Não houve paridade na hora de tratar os concorrentes (na disputa pelo ativo). Foi feito uma audiência e não um leilão, de afogadilho.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Rolf Kuntz

Título: De volta a Davos, Petrobrás destaca substituição da dívida

O presidente Pedro Parente disse que estatal alongou vencimentos e reduziu o custo do endividamento.

A Petrobrás diminuiu de US\$ 48,1 bilhões para US\$ 27,6 bilhões as dívidas com vencimento entre 2018 e 2020, informou o presidente da empresa, Pedro Parente, presente em Davos para acompanhar a reunião do Fórum Econômico Mundial e participar de encontros com dirigentes de grandes grupos petrolíferos. Estavam previstos vencimentos de US\$ 15,2 bilhões neste ano, US\$ 11,3 bilhões em 2019 e US\$ 12,5 bilhões em 2020. Os novos valores são US\$ 5,9 bilhões, US\$ 11,3 bilhões e US\$ 10,4 bilhões – posições indicadas em 30 de setembro. O custo médio das dívidas foi reduzido de 6,2% para 5,9%. No período recente de maiores dificuldades, a Petrobrás teve acesso reduzido ao mercado financeiro internacional.

O problema foi atenuado, por algum tempo, com empréstimos chineses. Vencida a pior fase da crise, a empresa retornou ao mercado. Crédito mais fácil e mais barato foi usado para substituir os empréstimos obtidos em piores condições. Com isso foi possível diminuir o custo e, ao mesmo tempo, alongar o perfil da dívida. A presença da Petrobrás em Davos, tradição mantida por

muitos anos, foi abandonada no período de maiores dificuldades. O retorno de apenas um participante – no caso, o presidente – custou US\$ 100 mil. A reunião do Fórum Econômico Mundial proporciona uma oportunidade especial de encontro, com discussões e troca de informações importantes, para executivos das maiores companhias do setor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Notas

Nippon se move contra a diretoria da Usiminas

Um pente fino nos contratos entre partes relacionadas – que são aqueles fechados entre os controladores e a empresa controlada – está fazendo a Nippon Steel, sócia da Usiminas, tomar posições contra a diretoria e o próprio Conselho de Administração da siderúrgica mineira. Um dos contratos que está prestes a ser revisado pelo colegiado da Usiminas é a joint venture da Nippon e da companhia brasileira na Unigal, na qual detêm 70% e 30%, respectivamente. Na Usiminas, há diversos contratos entre partes relacionadas com a Nippon Steel. Todos, sem exceção, devem ser analisados. Isso porque o Conselho tem pedido à diretoria da Usiminas completa transparência em relação aos contratos dessa natureza. Sobre uma mudança no contrato da Unigal, a Nippon é contra.

» Publicidade.

A insatisfação da Nippon com a Usiminas ficou evidente em carta enviada à empresa após a demissão de um executivo, que usava um cartão de visita com seu e-mail da Usiminas e também do conglomerado japonês. A Nippon disse que esse fato representa uma deterioração da confiança mútua entre o grupo japonês e a siderúrgica mineira. A Usiminas rebateu ao dizer que a demissão foi decidida por conta de conflito de interesse do executivo. Vale lembrar que a Nippon tenta na Justiça reverter a eleição de Sergio Leite à presidência da companhia.

» Adiado.

Uma das ações no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que seria julgada ontem, foi adiada para o dia 28 de fevereiro, já perto do fim do mandato de Leite, ainda que o executivo possa ser reconduzido ao cargo pelo conselho de administração. O diretor da Nippon e conselheiro da Usiminas, Kazuhiro Egawa,

estava presente para acompanhar o julgamento. A Nippon já moveu cinco ações sobre esse assunto. Nippon e Usiminas não comentaram.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Estrangeiros se animam com cenário brasileiro

DAS ENVIADAS A DAVOS- O presidente Michel Temer vendeu reformas em seu discurso na plenária da reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, e os empresários estrangeiros compraram. O tom dos participantes de eventos foi de otimismo e confiança de que o pior ficou para trás, mas também de certa urgência em relação à reforma da Previdência, que ainda patina, e as eleições presidenciais.

"Os investidores estão olhando as reformas em curso no Brasil", disse o ex-presidente da Comissão Europeia e agora presidente do banco de investimentos global Goldman Sachs José Manuel Durão Barroso. "O ritmo dessas reformas e a extensão delas compete ao sistema democrático brasileiro decidir. Eu gostaria que acontecessem agora, porque, vamos ser honestos, é um ano de eleição, e como ex-primeiro-ministro e ex-líder da oposição [em Portugal], eu sei que em anos de eleição há a tentação de adiar as coisas, e quem perde é a economia."

Já o presidente da Shell, Ben van Beurden, saiu de seu encontro afirmando que havia "agradecido" a Temer pela condução das reformas e que espera que elas sejam completadas logo. Diagnóstico semelhante foi feito pelo presidente da Coca-Cola, James Quincey.

Para o secretário-geral da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que congrega economias ricas), José Angel Gurría, o quadro que se pinta do Brasil no exterior mudou de forma sensível. "Temos evidências de que há uma espécie de "bônus de confiança" [em relação ao Brasil]", afirmou

O Brasil deu início a seu processo de adesão à OCDE, mas os EUA têm colocado entraves. "Estamos em um processo para encontrar consensos [sobre a adensar do país]", disse. "O Brasil é um dos cinco países que chamamos de parceiros-chave. É da família OCDE, um primo de segundo grau", brincou, lembrando que o processo formal de adesão leva de três a quatro anos.

O Brasil foi tema de um painel estratégico na manhã desta quarta, do qual participaram os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Blairo Maggi (Agricultura), **Fernando Coelho Filho. (Minas E Energia)**, além do presidente da

Petrobras, Pedro Parente, e da Apex, Roberto Jaguaribe. A sessão foi mediada pelo brasileiro Carlos Ghosn, presidente mundial de Renault e Nissan.

Temer também reuniu-se com presidentes globais das empresas Ambev, Cargill, Mittal, Enel e Dow Chemical. (MARIA CRISTINA FRIAS E LUCIANA coelho)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor:

Título: Liminar suspende cobrança de R\$ 2,9 bi da Eletrobras pela Aneel

Da REUTERS- A Eletrobras recorreu de uma decisão da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) que determinou à companhia a devolução em até 90 dias de R\$ 2,9 bilhões ao fundo setorial CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e conseguiu suspender temporariamente a cobrança.

O órgão regulador argumenta que a devolução é necessária porque a estatal, por meio da subsidiária Amazonas Energia, teria recebido entre 2009 e 2016 um volume de recursos além do devido da CCC, fundo que subsidia a geração de energia termelétrica em regiões isoladas do país — o que a Eletrobras nega.

A estatal recorreu à Justiça após a cobrança e conseguiu uma decisão liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que impediu a Aneel de prosseguir com a análise de um processo administrativo sobre o assunto que tramita na agência.

"Devido à decisão judicial liminar, a Aneel está impedida de deliberar sobre o recurso administrativo da Eletrobras. Dessa forma, avalio que é adequada a concessão do efeito suspensivo requerido até que a Aneel possa tomar a decisão final administrativa", disse o diretor-geral da agência reguladora, Romeu Rufino, em decisão publicada no site da autarquia nesta quarta-feira (24).

A Eletrobras já chegou a dizer que acredita ter recursos a receber da CCC, em vez de dívidas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção:

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Petrobras posterga nova política de preço do asfalto de janeiro para maio

Mercado Aberto

A Petrobras postergou a adoção de uma nova política de preços para o material asfáltico. A estatal passaria a atualizar valores mensalmente a partir de janeiro, mas a alteração passou para maio.

Em carta aos consumidores, ela informou que a mudança terá impacto muito grande no segmento.

No texto, assinado pelo gerente geral Marcelo Messeder, a empresa diz que a ideia é "proporcionar mais tempo para que os agentes se ajustem a essa nova realidade".

A estatal afirmou em nota enviada à coluna que quer evitar "eventual descontinuidade dos serviços de pavimentação de rodovias".

O problema das alterações mensais é que não eram previstas em contratos de concessionárias ou de mantenedoras de rodovias, diz José Carlos Martins, presidente da Cbic (câmara da construção).

"Às empresas é concedido um reajuste anual, e elas consideravam que teriam uma única mudança de preço do asfalto nesse período." A companhia produz todo o material em suas refinarias, mas a nova política vai levar em conta o preço internacional, que está acima do doméstico, diz Martins.

Depois da transição para os valores praticados no resto do mundo, as oscilações deverão ser menores, segundo Cesar Borges, presidente da ABCR (associação das concessionárias).

"Os contratos antigos [de rodovias] vão ficar desequilibrados, mas os que entrarão agora vão entender a linha."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Davos (Suíça)

Título: Ministro quer fazer megaleilão de petróleo em junho

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, defendeu ontem que se faça um "megaleilão" de petróleo sob o regime de partilha no fim deste semestre. A perspectiva de receitas com a oferta de áreas do excedente da chamada cessão onerosa varia entre R\$ 75 bilhões e R\$ 90 bilhões, que podem ir direto para o caixa do Tesouro Nacional e mexer radicalmente com as atuais estimativas de arrecadação em 2018.

"Queremos fazer em junho", disse ao **Valor** o ministro, que participa do Fórum Econômico Mundial, em Davos. Segundo ele, a área técnica já começou a

trabalhar nas medidas que precisam ser tomadas para fazer a licitação. "Se houver coordenação [entre os setores do governo], dá tempo", garantiu Coelho Filho.

O megaleilão tem como pré-requisito um acordo em torno da revisão do contrato de cessão onerosa firmado com a Petrobras em 2010. A estatal ganhou o direito de explorar seis blocos no pré-sal, mas o contrato precisa ser atualizado por uma série de fatores. Houve queda nos preços internacionais do petróleo e saíram laudos de certificadoras para medir o volume acumulado de matéria-prima nos reservatórios.

Depois de cinco anos, as partes haviam concordado em revisar o contrato obedecendo aos novos parâmetros, mas o processo está atrasado. Na semana passada, portaria assinada por três ministros - Coelho Filho, Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento) - estabeleceu prazo de 60 dias para uma comissão definir as "bases técnicas" de um acordo.

Tudo indica, conforme admite Coelho Filho, que a Petrobras é credora na revisão. O problema é que, diante da crise fiscal, o Tesouro não tem condições de fazer em dinheiro o acerto das diferenças. A solução, já amplamente divulgada, seria uma medida provisória permitindo que o pagamento em mais barris de petróleo à Petrobras.

Pode ser um jogo de ganha-ganha. O relatório de uma empresa especializada contratada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) aponta a existência de 6 a 15 bilhões como excedente do que estava garantido à Petrobras dentro da cessão onerosa. É uma variação grande, mas o mesmo laudo prevê que há 90% de chance de que o excedente seja de 6 bilhões, segundo o ministro. A estatal também buscou uma certificação independente, mas não divulgou o resultado até agora.

O contrato original tinha como premissa um valor de US\$ 8,51 para o barril (antes da extração), mas a queda dos preços internacionais baixará isso para cerca de US\$ 5. Resultado: multiplicando o valor por um excedente de pelo menos 6 bilhões de barris, pode-se alcançar uma cifra astronômica, em torno de US\$ 25 bilhões, já descontando um alto volume de barris que seria repassado à Petrobras como "encontro de contas" da revisão.

Fontes do Planalto, no entanto, ponderam que não há decisão tomada. O assunto ainda não tem consenso no governo. Enquanto a Petrobras e o Ministério de Minas e Energia têm interesse em uma solução rápida, há resistência no Planejamento e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Junho, lembra Coelho Filho, é o limite para que se realize qualquer leilão de infraestrutura ou energia antes das eleições. Deixar para depois de outubro teria dois problemas potenciais. Um é de ordem contábil: o bônus de outorga é pago apenas no momento de assinatura do contrato; se a assinatura ficar para o ano que vem, o dinheiro só entra em 2019. Outro é de caráter político: o governo vitorioso nas urnas em outubro poderia até mesmo reavaliar o assunto.

Ontem, em Davos, um dos encontros individuais do presidente Michel Temer foi com o CEO da Shell, Ben van Beurden, que acenou com mais investimentos no Brasil. "Ficamos muito contentes com os resultados da segunda e terceira rodadas [do pré-sal]", afirmou o executivo após a reunião. "Estaremos de olho também nas próximas rodadas, porque acreditamos muito na direção que este governo deu ao país."

Beurden elogiou iniciativas como a flexibilização do conteúdo local e o fim da exigência de participação da Petrobras como operadora nos campos do pré-sal. Ele desaconselhou futuros governos a alterar esses pontos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Disputa entre Petrobras e União trava venda de excedente

O leilão dos excedentes depende da conclusão das tratativas entre Petrobras e União, para revisão do contrato da cessão onerosa - que concedeu à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris de petróleo, como parte do processo de capitalização que culminou no aumento da fatia da União no capital da Petrobras, em 2010.

Na ocasião, a estatal recebeu o direito de produzir o volume contratado em seis blocos no pré-sal da Bacia de Santos, mas acabou descobrindo, durante a exploração das áreas, volumes maiores que os 5 bilhões aos quais tem direito a produzir. Esse volume foi batizado de excedente da cessão onerosa.

O problema é que ainda não há um consenso sobre qual o volume desse excedente, nem quanto estaria disponível para um leilão. Como o governo vive grave problema fiscal, com as contas deficitárias, a expectativa é que, se confirmada a Petrobras como credora, ao fim da renegociação do contrato da cessão onerosa, os valores sejam pagos em óleo. Isso significa que, quanto mais barris ficarem com a Petrobras, menos a União terá para leiloar e menor sua arrecadação.

Na semana passada, o governo deu um passo importante para viabilizar o leilão dos excedentes, ao instituir a equipe que representará a União no processo de revisão do contrato da cessão onerosa com a Petrobras. O prazo definido para conclusão das negociações é de 60 dias, prorrogáveis por mais 60.

Ao longo dos últimos meses, Petrobras e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) se dedicaram, cada um com seus próprios números, a traçar diversas simulações com base em variáveis diferentes. As duas partes, contudo, ainda não chegaram a um consenso.

O presidente da estatal, Pedro Parente, tem insistido que a companhia tem a receber da União. O Bradesco estima em US\$ 8 bilhões (equivalentes a 1,4 bilhão de barris de óleo equivalente) o valor a ser pago à Petrobras. No governo, no entanto, há quem calcule que a estatal deverá ressarcir o Tesouro - o Goldman Sachs, por exemplo, acredita que a petroleira pode ser obrigada a pagar US\$ 10,3 bilhões.

A ANP estima entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE) o volume excedente da cessão onerosa. A Petrobras, por sua vez, acredita que os volumes (limites superior e inferior do intervalo) sejam menores que os divulgados pela agência.

A organização de um leilão dos excedentes ainda este ano, contudo, terá um prazo apertado pela frente. Para viabilizar o leilão até junho, o governo precisará acelerar não só a conclusão da renegociação do contrato da cessão onerosa, como também o encaminhamento de uma solução sobre o assunto no Congresso. Isso porque um eventual ressarcimento à Petrobras, em barris, exigiria uma mudança na legislação, que só permite o pagamento da União em dinheiro.

Além disso, a ANP, em geral, precisa de três a quatro meses, após aprovação do leilão pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), para cumprir os trâmites legais de uma rodada desse porte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Índice de confiança do setor de óleo e gás cresce

A recuperação dos preços do barril do petróleo e a continuidade do calendário de leilões do pré-sal em 2018, após o sucesso das rodadas do ano passado, ajudaram a elevar a confiança da indústria de óleo e gás no Brasil. Levantamento feito pela consultoria norueguesa DNV GL mostra que o índice de

confiança entre os líderes da indústria cresceu de 50% em 2017 para 78% em 2018.

Para o vice-presidente e gerente de área da DNV GL Oil & Gas para a América do Sul, Alex Imperial, a confirmação de algumas promessas do governo, como a extensão do Repetro (regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás) e a redução dos percentuais de conteúdo local, ajudaram a elevar o otimismo sobre o mercado brasileiro.

Esse clima de negócios mais positivo se refletiu, por exemplo, nos cerca de US\$ 9,25 bilhões (R\$ 30,8 bilhões) investidos pelas petroleiras globais em 2017, na aquisição de ativos no Brasil, segundo levantamento do **Valor**.

"As perspectivas positivas em relação ao ano passado se materializaram, já são vivenciadas. Vimos as grandes petroleiras e as empresas independentes fortalecerem suas posições no Brasil, nos leilões, confirmando a atratividade dos ativos geológicos do país. O que vemos em 2018 é uma melhora continuada do ambiente de negócios no mercado brasileiro, uma certeza maior de que as promessas estão sendo cumpridas", avalia Imperial.

O otimismo com o mercado brasileiro é traduzido pelos números da pesquisa, que ouviu 813 executivos do setor, sendo 41 no Brasil, entre representantes das petroleiras e da cadeia fornecedora. Segundo a consultoria, o patamar de confiança nas perspectivas para a indústria petrolífera, entre os brasileiros, está acima da média global, que também subiu, de 32% para 63%.

Este é o segundo ano consecutivo de alta na confiança no país. Em 2017, em meio às expectativas de realização dos leilões e das sinalizações de mudanças regulatórias, o índice já havia subido, de 16%, em 2016, para 50%.

A pesquisa mostra, no entanto, que o aumento da confiança não deve se refletir necessariamente no crescimento dos investimentos. Apenas 17% dos entrevistados brasileiros esperam aumentar os aportes (em 2017, eram 44%). Já o percentual de brasileiros que esperam contratar para aumentar seu quadro de pessoal caiu de 22% em 2017 para 10% em 2018.

"É natural. O setor vivenciou uma crise profunda e duradoura e muita eficiência foi ganha ao longo dos últimos três anos. E natural que as empresas tentem capturar essa eficiência conquistada na hora de investir. Isso sem falar que houve um atraso nos projetos, e não há grandes projetos no Brasil, para o curto prazo", disse Imperial.

Questionado sobre se as eleições podem afetar o índice de confiança do setor, Imperial argumenta que as empresas, sobretudo as fornecedoras, naturalmente mantêm alguma cautela na hora de investir num ano eleitoral. O consultor não

acredita, contudo, na reversão das mudanças regulatórias e em alterações no calendário de leilões.

"Acho que qualquer político que assuma o mandato vai trabalhar com uma boa dose de pragmatismo. É fácil ver os avanços no setor no último ano. O mercado espera que até o leilão do pré-sal já haja uma decisão definitiva sobre o julgamento de Luiz Inácio Lula da Silva e uma maior clareza no cenário político", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Arrecadação com royalties deve aumentar 20% no ano

Depois de se recuperar em 2017, interrompendo uma sequência de três anos de queda, a arrecadação de royalties e participações especiais sobre a produção do óleo e gás deve crescer novamente em 2018. Segundo projeções do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a receita da União, Estados e municípios deve subir 20% este ano, para R\$ 36,47 bilhões.

As estimativas levam em consideração um cenário mais favorável nos preços do barril do petróleo no mercado internacional e a expectativa de crescimento na produção nacional.

O CBIE estima que o preço médio do Brent para o ano é de US\$ 59,74, o que representa uma alta de 10% ante 2017. A produção nacional, por sua vez, deve subir 5%, para uma média de 2,755 milhões de barris diários. As projeções também são mais favoráveis no câmbio: R\$ 3,31 por dólar, ante uma cotação média de R\$ 3,20 em 2017.

Em 2017, segundo o CBIE, a arrecadação totalizou R\$ 30,43 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 70%, em relação a 2016. As projeções tomam como base os dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ainda não consolidados.

O crescimento registrado em 2017 não foi suficiente para que as receitas superassem o patamar de 2013, anterior ao declínio dos preços do barril no mercado internacional, quando os valores recolhidos somaram R\$ 49,4 bilhões em termos nominais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Marli Olmos | De São Paulo****Título: Redução de IPI para carro elétrico e híbrido pode sair este mês, diz Mdic**

A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) será igual para carros elétricos e híbridos. A queda da alíquota de 25% para 7%, em ambos os casos, pode entrar em vigor ainda este mês, segundo o ministro interino da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Marcos Jorge de Lima.

Também está próximo, segundo a equipe do Mdic, um entendimento com o Ministério da Fazenda para chegar a um consenso em torno dos incentivos fiscais do Rota 2030. O novo programa automotivo substituirá o Inovar-Auto, que vigorou durante os últimos cinco anos. Segundo o secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, Igor Calvet, o programa poderá ser anunciado no fim de fevereiro.

No caso dos elétricos e híbridos, a nova alíquota de IPI será a mais baixa em vigor e corresponde à aplicada hoje nos automóveis com motor 1.0. Havia dúvidas sobre se o governo baixaria o imposto de híbridos e elétricos na mesma proporção. Para Lima, não há motivos para diferenciar os dois tipos de veículos.

No caso das divergências em torno dos incentivos do novo programa automotivo, a equipe da Fazenda defende a substituição de créditos tributários pela "Lei do Bem". O Mdic apoia, porém, o argumento da indústria automobilística, que alega que as empresas do setor não têm tido lucros, uma exigência da lei.

Segundo Calvet, os dois ministérios estão perto de uma solução intermediária. Por meio dessa opção, estaria permitido, segundo ele, o uso de créditos de tributos federais às empresas que comprovarem investimento em pesquisa e desenvolvimento e não alcançarem resultados financeiros positivos.

Calvet está confiante que o Rota será anunciado em breve. Segundo ele, o presidente Michel Temer solicitou que Fazenda e Mdic discutissem a questão entre janeiro e fevereiro e já teria solicitado uma reunião com as montadoras. "Isso indica a disposição do governo de anunciar o programa", afirma.

Segundo Lima, as discussões do Rota 2030 envolveram mais de cem reuniões de grupos compostos por representantes da indústria e do governo. O ministro diz que, com os incentivos, o governo abrirá mão de R\$ 1,4 bilhão em arrecadação por ano. Em contrapartida, cálculos do Mdic indicam que pode haver acréscimo de arrecadação anual de R\$ 4 bilhões por conta da alta nas vendas de veículos.

A equipe do Mdic esteve presente em evento que a Toyota promoveu terça-feira para comemorar os 60 anos da empresa no país. Durante os discursos dos dirigentes da montadora, ministro e secretários receberam agradecimentos por ouvir a indústria e apoiá-la. Na sua vez de discursar, Lima apontou países como os EUA, que construíram uma indústria automobilística robusta. "Queremos um país forte com essa indústria", disse.

A Toyota é uma das principais interessadas na redução do IPI para os chamados carros eletrificados. A empresa é líder de vendas de híbridos no Brasil, com o Prius, que hoje custa R\$ 126 mil.

Com a decisão do governo de reduzir o imposto, a montadora anunciou que agilizará testes para usar etanol em híbridos. Se o interesse do brasileiro por esse tipo de veículo aumentar, segundo o presidente da empresa, Rafael Chang, a Toyota tem planos de produzir híbridos no país.

Ao contrário do carro 100% elétrico, que depende de recarga em tomada, o híbrido funciona com dois tipos de propulsão. Um motor a combustão, abastecido com combustível, é responsável por acionar outro motor, elétrico. A Volkswagen já anunciou que pretende vender no país as versões híbrida e elétrica do Golf. A Nissan se prepara para vender o Leaf, elétrico, e a General Motors planeja lançar no Brasil o seu último lançamento elétrico, o Bolt.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Assis Moreira | De Davos

Título: Iberdrola planeja investir até R\$ 4 bi no Brasil neste ano

O grupo espanhol Iberdrola planeja investimentos de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões no Brasil em 2018, e nos próximos quatro anos o volume poderá alcançar R\$ 15 bilhões com a inclusão das linhas de transmissão que obteve nos leilões recentes, informou o CEO da empresa, Ignacio Galán.

Em entrevista ao **Valor**, à margem do Fórum Econômico Mundial, ele destacou que "o compromisso de investimento é enorme, a aposta pelo Brasil é clara, histórica e consistente, temos relação muito boa com os parceiros, e um plano realista e ambicioso de mais que triplicar o lucro líquido nos próximos três anos no país".

Segundo analistas que acompanham a empresa, em 2020 no Brasil o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) pode chegar a R\$ 6 bilhões, com aumento médio de 18% ao ano comparado a 2017. O

lucro líquido pode alcançar R\$ 2,1 bilhões, com crescimento anual médio da ordem de 40%.

O executivo informou que, globalmente, a Iberdrola tem planos de investimentos de € 25 bilhões (US\$ 30 bilhões) até 2020, focados nos EUA, Reino Unido, Europa continental, México e Brasil.

As expectativas são de que a companhia tenha um crescimento do lucro líquido de 6% ao ano, para passar de cerca de € 2,7 bilhões atualmente para € 3,3 bilhões ou € 3,5 bilhões em 2020.

Mais de 50% dos investimentos são em redes de distribuição e transmissão elétrica, mais de 30% em energias renováveis e o restante é de manutenção. Os maiores investimentos em redes de distribuição e transmissão da empresa são nos EUA, seguido pelo Brasil com as linhas que ganharam nos últimos leilões e o Reino Unido em terceiro lugar.

Em relação ao Brasil, Galán diz que é a Iberdrola é uma companhia muito consistente. "Acreditamos no Brasil, que precisa de investimentos em infraestrutura, e queremos estar no país nos próximos cem anos."

O executivo destaca que a companhia é hoje a maior em distribuição de energia no Brasil e na América Latina. Iberdrola, Banco do Brasil e Previ (fundo de pensão dos funcionários do banco público) são os donos da Neoenergia que, segundo ele, será o único veículo de investimento do grupo espanhol no país.

Resultado no Brasil em 2017 foi melhor do que em 2016, após reajuste tarifário em Pernambuco e na região Sul

No fim do ano passado, a Neoenergia, cujo conselho de administração é presidido por Galán, suspendeu uma oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês), que foi interpretado no mercado como falta de consenso entre os sócios em relação ao preço das ações. De seu lado, Galán diz que fazer o IPO em 20 de dezembro não foi o momento mais oportuno, mas que sua obrigação era apoiar a decisão.

"A questão de fazer o IPO em 20 de dezembro é que a maior parte dos portfólios dos investidores está fechada. Um investidor me falou hoje aqui [em Davos] que tinha interesse em participar, mas que havia fechado seu portfólio e não tomaria nenhum risco, salvo se o preço fosse muito atrativo, muito baixo, e não tivemos interesse nisso, por isso se cancelou [o IPO]", acrescentou.

Mas o executivo reitera que a relação com o Banco do Brasil e a Previ "é muito fluída e sempre que existem tensões conversamos". E que, se em determinado momento decidirem fazer outra abertura de capital, apoiará também.

Indagado se o grupo espanhol tem interesse nas distribuidoras que a Eletrobras pretende privatizar, o executivo foi cauteloso. "Veremos quais serão as distribuidoras e quando se privatiza. Fala-se disso há muito tempo, mas não conhecemos quais e em que condições", afirmou.

A Iberdrola deixa claro sua indiferença em relação ao desfecho da eleição presidencial deste ano e sinaliza que vai trabalhar com quem os eleitores escolherem.

"Em geral, a relação com os diversos governos tem sido construtiva. Passamos momentos muito difíceis, mas procuramos racionalizar as situações complicadas e não fazer mudanças para colocar em risco a segurança jurídica do país", afirmou o executivo. "Não quer dizer que ganhamos, há situações em que perdemos."

Ele exemplifica que a demanda elétrica passou situações difíceis no Brasil. Está crescendo em São Paulo, mas na Bahia e no Nordeste em geral não cresce, está negativa e afetando o negócio.

No geral o resultado da Iberdrola foi positivo em 2017 no Brasil, diz Galán. Foi melhor do que 2016, depois de reajustes tarifários em Pernambuco e na região Sul, e não teve os problemas de geração como em anos anteriores.

Galán reitera o engajamento no Brasil. Destaca que o país se transformou numa grande economia, onde calcula ter 80 milhões de pessoas de primeiro mundo, com desequilíbrios de uma economia que cresceu muito em pouco tempo. "Uma economia desse tipo precisa de investimentos em infraestrutura e a Iberdrola está engajada na infraestrutura elétrica", diz.

Sobre análises de que a Iberdrola, junto com Engie e Enel, são os três grupos europeus com disposição para fazer frente aos chineses por novos investimentos no Brasil, ele limita-se a dizer que nos últimos leilões de transmissão e de renováveis a Iberdrola ganhou os lotes que tinha interesse em ganhar, indiferente ao posicionamento dos chineses.

Globalmente, Galan vê mais riscos políticos do que econômicos. "Venho ao Fórum de Davos há 18 anos e este é o ano em que vemos mais otimismo na economia. Todas as expectativas são de mais crescimento do que antes. Os riscos atualmente são mais políticos, que podem por sua vez ter consequências econômicas, sociais, de emprego e de segurança. Aprendemos a resolver as crises econômicas, mas não a resolver as crises políticas."

E o executivo completa: "Somos capazes de gerar cada vez mais crises políticas, como diz Gordon Brown, ex-primeiro-ministro britânico. Os riscos políticos estão por toda parte".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Importação de etanol continua elevada mesmo com taxaço**

Motivo de desavenças dentro do setor sucroalcooleiro no ano passado, as importações de etanol deste mês estão tão aquecidas quanto um ano atrás, mesmo após o governo brasileiro ter limitado o volume de importação livre de tarifa a uma cota de 150 milhões de litros por trimestre. O que excede esse volume paga 20% de tarifa. Agora, o Ministério da Agricultura está reavaliando a cota.

Os portos brasileiros devem receber, até o fim do mês, 18 navios carregados de etanol, de acordo com dados da agência marítima Williams Brazil. São dois a mais do que em janeiro de 2017, carregando em torno de 48 milhões de litros, um aumento de 6%.

Na safra passada (2016/17, encerrada em março), os baixos preços do etanol americano, reflexo da supersafra de milho dos EUA, tornaram a importação mais vantajosa para alguns players do que comprar etanol das usinas brasileiras. O volume foi tão alto que as importações superaram as exportações de etanol do Brasil na temporada - algo que deve se repetir neste ciclo.

Agora, a importação tem sido vantajosa mesmo para volumes que ultrapassam a cota isenta de 20%. Na semana passada, cargas que entravam pagando a tarifa ainda proporcionavam ao importador lucro de US\$ 80 por metro cúbico, segundo a consultoria Datagro. Nesta semana, a importação passou a dar resultado negativo de ao menos US\$ 25 o metro cúbico, em função da alta do etanol dos EUA e da moeda americana.

Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), diz que a arbitragem favorável ao produto importado "ajuda", mas o aquecimento da demanda por etanol hidratado (vendido diretamente nas bombas) no país tem estimulado a importação.

Segundo ele, as usinas têm importado etanol anidro (que é misturado à gasolina) e o transformado em hidratado para garantir uma oferta elevada do produto, compatível com o consumo em alta, e evitar elevação de preços. No início de 2017, as vultosas importações derrubaram os preços internos do hidratado, dado que a demanda ainda era fraca.

Uma alteração na cota, como aventado pelo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, é vista pela Unica como fonte de insegurança para o setor, já que as

empresas fizeram seu planejamento comercial com base na vigência de dois anos da medida.

Como as importações estão ocorrendo mesmo fora da cota, Plínio Nastari, presidente da Datagro, acredita que o Brasil deve continuar importando na próxima safra (2018/19) o mesmo volume desta, com ou sem a tarifa. Ele estima que o volume ficará em 1,75 bilhão de litros, sendo 550 milhões de litros destinados ao Centro-Sul, sobretudo no primeiro trimestre.

A princípio, ele não vê uma mudança de programação de produção das usinas, já que o etanol está proporcionando remuneração superior ao açúcar. "Se houver [mudança], vai ser pequena", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor:

Título: Contexto

As usinas do Centro-Sul venderam 656,4 milhões de litros de etanol hidratado na primeira metade de janeiro, 50% a mais do que no mesmo período da safra passada, segundo a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). No acumulado da safra 2017/18, as vendas já somaram 12,2 bilhões de litros, aumento de 2%. Na primeira quinzena do mês, apenas seis usinas operaram na região, e a previsão da Unica é de que a moagem até fevereiro será marginal. Desde o início da safra, foram moídas 583,6 milhões de toneladas de cana, queda de 1,63%. Mas como o teor de sacarose está elevado, a oferta de matéria-prima é maior. A quantidade de açúcares totais recuperáveis (ATR) está quase 0,95% maior do que na safra passada, em 80,1 milhões de toneladas.

MME / ASCOM .